

A PROVA BRASIL COMO POSSIBILIDADE DE QUALIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

SILVEIRA, Elizabeth da – UFSM
beth1nha@terra.com.br

Eixo Temático: Educação: Políticas Públicas e Gestão da Educação

Resumo

A Avaliação Nacional do Rendimento no Ensino Escolar e a Avaliação Nacional da Educação Básica, designadas respectivamente de Prova Brasil e SAEB, constituem o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica/ SAEB. Este estudo vincula-se a pesquisa “Avaliação e Inclusão: da formação inicial de professores às práticas avaliadas” em andamento na UFSM/RS. Tomando-se como base o “desempenho” da Prova Brasil/2005, buscamos os seguintes objetivos: 1. Identificar as ações planejadas pela equipe diretiva e comunidade escolar na implementação de ações pedagógicas voltadas à melhoria da qualidade do ensino. 2. Investigar as expectativas da comunidade escolar com relação à Prova Brasil/2007. O *CORPUS* contemplou vinte e três escolas estaduais e urbanas, do município de Santa Maria, RS. Os dados coletados através de entrevista estruturada aplicada aos gestores foram analisados quanti-qualitativamente. Na análise quantitativa utilizou-se o pacote estatístico–SPSS, para as ciências sociais. Na análise qualitativa os dados foram agrupados em 04 categorias analisadas segundo a metodologia da Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977). Estas categorias são: 1.A realização das provas; 2.O desempenho alcançado pelas escolas; 3.A opinião dos gestores a respeito da Prova Brasil; 4.Alunos com necessidades educacionais especiais. Após análise, observou-se que apesar da preocupação pelo Ministério da Educação em divulgar, nos meios de comunicação, a aplicação da Prova Brasil em nível nacional, constatou-se que professores e alunos continuam desconhecendo esta avaliação, sua finalidade e sua sistemática. As dúvidas existentes em 2005 ainda permaneceram em 2007. Os gestores apontam que as diferenças de infra-estrutura das/nas escolas são ainda deficitárias. A validade deste processo para a melhoria da Educação Básica é questionada. Permanecem indagações a respeito da participação dos alunos com necessidades especiais nas edições de 2005 e 2007. A partir dos achados desta pesquisa pretende-se subsidiar Universidade e Escola na proposição de ações que englobem questões da aprendizagem e da avaliação.

Palavras-chave : Prova Brasil; Avaliação; Educação Básica.

Apresentação

Na legislação nacional a avaliação do rendimento escolar é prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB-¹. O Título IV, da Organização da Educação Nacional, no art. 9º, no Inciso VI, prevê que é da incumbência da União assegurar o processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, como objetivo de definir prioridades e a melhoria da qualidade do ensino. No Plano Nacional de Educação², no art. 4º, expressa que “a União instituirá o Sistema Nacional de Avaliação e estabelecerá os mecanismos necessários ao acompanhamento das metas constantes do Plano Nacional de Educação.”

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, o Exame Nacional do Ensino Médio, O Exame Nacional de Cursos e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes são processos de avaliações educacionais implementados pelo MEC e asseguradas na LDB. Pode-se dizer que a “década da educação” também é a década da avaliação.

Em 1990 instituiu-se no Brasil o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB com a finalidade de subsidiar os gestores dos sistemas de ensino do desempenho da educação básica brasileira, bem como de elementos que possibilitem o monitoramento das políticas públicas de educação.

A partir deste marco este sistema de avaliação promoveu a visibilidade do sistema educacional brasileiro, em escala nacional. No final dos anos 80 foi desenvolvido e em 1990 foi aplicada a 1ª edição. Em 1995 foram introduzidas modificações com o objetivo de estabelecer escalas de proficiências por disciplina, que variam de 0 a 500 pontos, nas três séries avaliadas: 4ª e 8ª séries do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio. Em 2007 passou a ser realizado concomitantemente com a Prova Brasil.

A legislação que criou o SAEB foi a Portaria n.931, de 21 de março de 2005, a qual no art 1º instituiu dois processos de avaliação: a Avaliação Nacional da Educação Básica – ANEB e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar – ANRESC que são denominadas respectivamente de SAEB e Prova Brasil. A ANEB tem como objetivo principal avaliar a qualidade, equidade e a eficiência da educação brasileira.

1 Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – versão atualizada.

2 Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001 – Plano Nacional de Educação

A institucionalização do SAEB, de acordo com BONAMINO (2002, p. 89) é entendida como:

[...] um processo que, para garantir o desenvolvimento de uma avaliação de longo alcance e de caráter sistemático, passa a dispor de instituições, profissionais e recursos financeiros específicos, que lhe permitem contar com a infra-estrutura material e humana em condições de prover os fundamentos conceituais e as capacidades operacionais necessárias à implementação de uma avaliação da educação básica de abrangência nacional.”

Para a realização da ANEB (edição 2005) foi publicada a Portaria n.89, de 25 de maio de 2005, com relação aos objetivos específicos, destacamos que, nesta avaliação são produzidas informações sobre: a) o desempenho do aluno e, b) as condições intra e extracurriculares presentes no processo de ensino e aprendizagem.

A Prova Brasil instituída pela Portaria n. 69, de 4 de maio de 2005, estabelece a sistemática de realização desta avaliação (edição 2005), e tem como um dos objetivos específicos a produção sistemática de informações sobre cada escola pública e urbana, nas turmas de 4^a e 8^a séries do ensino fundamental e/ou na 5^a e 9^a séries nas escolas em regime de nove anos. No que se refere aos resultados por escola, o art.4^o destaca que serão apresentados “sob a forma de média geral da escola e sob forma de percentual de estudantes por nível da escala de proficiência e habilidades do SAEB”.

A Portaria n 47, de 3 de maio de 2007, estabelece no art.1^o a sistemática de realização da ANEB e a ANESC (edição 2007), em parceria com Estados, Distrito Federal e Municípios. São aplicados testes de matemática e língua portuguesa com foco em resolução de problemas e em leitura, conforme definido na Matriz de Referência³ adotada para estas avaliações nacionais. Os resultados desta avaliação, no que se refere à Prova Brasil, são as médias de desempenho de cada escola. E da ANEB às médias de desempenho por grupos de alunos participantes da amostra. Estes resultados, de acordo com o art 8^o subsidiarão a formulação de políticas educacionais e à melhoria da qualidade da educação.

Em 2007 a Prova Brasil e o SAEB foram aplicados simultaneamente possibilitando a realização da primeira avaliação universal da educação básica pública. A reformulação da sistemática de aplicação destas avaliações nos informa que esta associação permite visualizar a situação nacional, por rede e por escola, no que se refere à qualidade do ensino e da

3 Os Parâmetros Curriculares Nacionais são a referência básica para a elaboração da Matriz de Referência.

aprendizagem, com um aporte de informações significativas, que revelam o desempenho dos alunos das escolas públicas e privadas.

No documento “Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas”, publicado pelo MEC(2008, p.20), no eixo da Educação Básica, destaca a importância desta modificação:

O SAEB inicialmente, não permitia uma visão clara da realidade de cada rede e menos ainda de cada escola que a integra. A Prova Brasil deu nitidez à radiografia da qualidade da educação básica. A percepção que se tinha anteriormente era de que nenhuma escola ou rede pública garantia o direito de aprender – um clichê injusto imposto à educação básica pública como um todo. A Prova Brasil revelou que isso não era verdade. Confirmou, sim, a existência de enormes desigualdades regionais, muitas vezes no interior do mesmo sistema. Mas, ao mesmo tempo, revelou boas práticas de escolas e redes de ensino que resultam em aprendizagem satisfatória.

De acordo com o MEC (2008:15) este documento não tem o caráter de ser um relatório, mas “apresenta apenas as conexões mais relevantes entre os programas do PDE, reciprocamente considerados, e os pressupostos mais relevantes dos programas já em curso no Ministério da Educação”.

Para subsidiar essa discussão, importante se faz a compreensão de alguns indicadores presentes neste sistema de avaliação, tais como:

1. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica –IDEB

No Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE, do Ministério da Educação, integra-se o Plano de Metas “Compromisso Todos Pela Educação”, instituído pelo Decreto n. 6.094/2007⁴, que propõe através da articulação da União, Distrito Federal, Estados e Municípios, em regime de colaboração, esforços para a melhoria da qualidade da educação básica do Brasil.

Este indicador que possui uma escala que varia de 0 a 6 será calculado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira - INEP no intervalo de dois em dois anos

⁴ Decreto n. 6094, de 24 de abril de 2007, que dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica.

por ocasião da realização do SAEB e da Prova Brasil. Para a composição do IDEB serão considerados o Censo Escolar, os resultados do SAEB e os resultados da Prova Brasil.

Em 2008, a exemplo da Prova Brasil e SAEB, o Ministério da Educação, criou o link do IDEB onde divulga informações sobre este indicador, entre estas responde “o que é o IDEB?”:

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado pelo Inep em 2007 e representa a iniciativa pioneira de reunir num só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Ele agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do Inep a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Saeb – para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil – para os municípios.

Atualmente, o IDEB nacional é 3,6. De acordo com o MEC/INEP a projeção nacional prevista para o ano de 2022 será de 6, pois deverá representar um sistema educacional de qualidade comparável a dos países desenvolvidos, membros atuais da *Organization for Economic Cooperation and Development-OECD*. (INEP, 2007).

No município foco deste estudo, o IDEB⁵ observado em 2005, para os anos iniciais foi 4,1 e para os anos finais foi 3,8. E em 2007, para os anos iniciais foi de 4,2 e para os anos finais de 3,8. A projeção para 2021 atingirá o IDEB de 6,2 para os anos iniciais e 5,8 para os anos finais (PROVA BRASIL,2005).

Cabe destacar que a participação das escolas tem o caráter “voluntário”. Porém, a escola que não participar desta prova não terá o seu desempenho considerado, para o IDEB do seu município e este excluído da participação do Plano de Metas “Compromisso Todos pela Educação” do MEC.

2. A Prova Brasil

Os resultados da Prova Brasil e do SAEB subsidiam a base de cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, que considera a aprendizagem dos alunos, a taxa de repetência e evasão escolar.

5 <http://portalideb.inep.gov.br/>

Para o Ministério da Educação (2007) as informações produzidas na Prova Brasil:

Expõe à sociedade os resultados gerais de sua avaliação e coloca administradores, gestores, professores, diretores de escolas, alunos e especialistas informações que permitem um olhar mais qualitativo sobre as redes e cada escola.

A metodologia aplicada na Prova Brasil é a mesma utilizada pelo SAEB, com Matrizes de Referências e Teoria da Resposta ao Item, com a mesma escala na Língua Portuguesa, em nove níveis (de 125 a 350) e Matemática, com dez níveis (de 125 a 375).

Conforme informa o INEP (2007) a Prova Brasil tem como objetivo avaliar não somente o conteúdo, o aluno em termos de habilidade e competências. Entretanto, desconhecemos como são trabalhados estes dados uma vez que as escolas não recebem o desempenho individual dos alunos.

Em 2005 foi realizada a Prova Brasil mobilizando 5387 municípios, num total de 3.392.880 alunos, das 4ª e 8ª séries do ensino fundamental, de todos os estados brasileiros. Foram aplicadas provas de Língua Portuguesa e Matemática para 125.82 turmas de 40.962 escolas públicas urbanas, que possuíam mais de 20 alunos por turma. Os participantes da primeira avaliação foram escolas estaduais urbanas de todas as regiões brasileiras e alunos matriculados nas 4ª e 8ª séries do ensino fundamental.

Em 2007 a Prova Brasil⁶ foi realizada entre os dias 5 e 20 de novembro para aproximadamente cinco milhões estudantes. Esta prova contou com 22 questões (múltipla escolha) da Língua Portuguesa, e 22 questões (múltipla escolha) de Matemática para os alunos da 4ª séries. Para os alunos da 8ª séries contou com 26 questões (múltipla escolha) de Língua Portuguesa e 26 questões (múltipla escolha) de Matemática. Cada prova foi constituída por quatro blocos, sendo dois de Língua Portuguesa e dois de Matemática. Além da avaliação, o aluno respondeu ao “Questionário do Aluno”, de caráter socioeconômico, o professor respondeu o “Questionário do Professor” de Língua Portuguesa e Matemática, o diretor respondeu o “Questionário do Diretor” e o “Questionário da Escola”.

⁶ Estes questionários encontram-se disponíveis para consulta no link Prova Brasil do INEP.

A pesquisa

Este estudo vincula-se ao Projeto de Pesquisa “Avaliação e Inclusão: da formação inicial de professores às práticas avaliativas”, em andamento na UFSM. Os dados poderão subsidiar Universidade e Escola na proposição de ações que englobem questões da aprendizagem e da avaliação. Os dados coletados através de entrevista estruturada aplicada aos gestores foram analisados quanti-qualitativamente, assim constituída: Primeira Parte: apresenta dados de natureza demográfica, subdivididos em duas sessões: A- cinco itens, explora os dados gerais dos gestores da escola. B-sete itens, explora os dados gerais das escolas. Na análise destes dados utilizou-se o Statistical Package for the Social Sciences – SPSS, pacote estatístico para as ciências sociais. Segunda Parte: apresenta dados de natureza qualitativa, distribuídos em quinze itens envolvendo informações sobre a Prova Brasil/2005. As categorias elencadas e analisadas tendo como referência a metodologia da Análise de Conteúdos (BARDIN, 1977) .

O *CORPUS* contemplou vinte e três escolas urbanas, da rede de ensino estadual, do município de Santa Maria/RS, pertencentes à 8ª Coordenadoria Regional de Educação. Estas escolas estão distribuídas em dezesseis bairros. Levando-se em conta o “desempenho” das escolas e na eminência da realização da Prova Brasil – 2007 buscamos os seguintes objetivos:

1. Identificar as ações planejadas pela equipe diretiva e comunidade escolar na implementação de ações pedagógicas voltadas à melhoria da qualidade do ensino.
2. Investigar as expectativas da comunidade escolar com relação à Prova Brasil/2007.

Análise dos dados

Os dados demográficos revelaram que:

1- A presença do sexo feminino é predominante na gestão das escolas investigadas. Em apenas uma escola essa função é desempenhada pelo sexo masculino. 2- No que se refere à formação constatou-se que a totalidade dos gestores possui curso superior sendo que a graduação em Pedagogia é predominante. Cursos *Lato Sensu* aparecem como uma oportunidade de formação continuada para a maioria. 3- Com relação ao tempo de magistério constatou-se que a maioria possui acima de 20 anos de docência. No exercício da gestão, entretanto, observou-se que estes tempos são variados: o menor tempo é de dez meses e o maior é de vinte e seis anos. 4- As escolas estão distribuídas em dezesseis bairros da região

urbana do município de Santa Maria. O número de alunos matriculados nestas escolas varia de aproximadamente 300 a 2000 alunos.

Os dados quantitativos com relação ao desempenho⁷ das vinte e três escolas na Prova Brasil/ 2005, no município de Santa Maria, mostraram que todas as vinte e três escolas realizaram a avaliação em Língua Portuguesa e Matemática, nas 4^a séries. Enquanto que nas 8^a séries realizaram a avaliação em Língua Portuguesa e Matemática, apenas 18 escolas.

Com relação ao desempenho das 4^a e 8^a séries, na Prova Brasil, na Língua Portuguesa, observar-se que⁸: a) a média das vinte e quatro escolas foi de 187,97. Sendo que na 4^a série a maior média observada foi de 210,64 e a menor foi de 155,86. Destaca-se que 17 escolas, obtiveram médias acima da nacional, para escolas estaduais, que foi de 177,61; b) a média das dezoito escolas observadas foi de 188,04. Sendo que na 8^a série a maior média observada foi de 258,29 e a menor foi de 204,06. Destaca-se que das 18 escolas que realizaram a avaliação, 14 escolas obtiveram média acima da nacional, para escolas estaduais, que foi de 226,45.

Com relação ao desempenho das 4^a e 8^a séries, na Prova Brasil, na Matemática, observou-se que⁹: a) a média das vinte e quatro escolas foi de 193,64. Sendo que na 4^a série a maior média observada foi de 212,86 e a menor de 167,15. Destaca-se que 20 escolas, obtiveram médias acima da nacional, para escolas estaduais, que foi de 183,59; b) a média das dezoito escolas foi de 221,18. Sendo que na 8^a série a maior média observada foi de 283,13 e a menor 226,01.

Destaca-se que das 18 escolas que realizaram a avaliação, 14 escolas obtiveram média acima da nacional, para escolas estaduais, que foi de 241,17.

Os dados qualitativos foram analisados levando-se em conta as seguintes categorias de análise:

A Realização das Provas

De um modo geral, constatou-se que as escolas não se preparam para a aplicação da Prova Brasil, o cotidiano da escola não é alterado em função desta avaliação. Não há consenso no que se refere às informações desse processo: Em um número reduzido, algumas

7 Desempenhos da Prova Brasil/2005 divulgados pelo site WWW.inep.gov.br

8 Dados obtidos com a utilização da planilha Excel 2003.

9 Dados obtidos com a utilização da planilha Excel 2003.

escolas tiveram a oportunidade de trabalhar com os alunos evidenciando preocupação em familiarizá-los com a estrutura das questões e preenchimento do cartão resposta. Estas escolas estão localizadas na região central da cidade e dispõem de recursos de informática, com acesso à Internet, facilitando, desta forma, o acesso às informações.

Em outras escolas (maior número), foi informado que, tanto professores e gestores, como os alunos, foram “pegos de surpresa” no dia da aplicação da avaliação. Nestas escolas, geralmente mais afastadas da região central da cidade, os relatos apontam para a insuficiência de informações repassadas, o que revela uma falha no planejamento conjunto para essa atividade. Nestes locais há a queixa de que não receberam materiais de divulgação, não havendo “reuniões” informativas a respeito desse processo. Em alguns desses locais verificou-se que há recursos de informática, porém sem acesso à Internet. Desta forma, há uma dependência das informações que são repassadas pela Coordenadoria, o que nem sempre chega no tempo adequado.

O Desempenho Alcançado pelas Escolas

Com relação ao desempenho alcançado pelas escolas, 60% não tiveram retorno dos resultados da avaliação, dificultando o conhecimento e discussão dos dados. Desta forma, as inúmeras possibilidades no planejamento de ações pedagógicas que poderiam ser propostas ficaram prejudicadas. A impossibilidade de auto-avaliação pelas escolas, derivada da não devolução dos resultados, no mesmo ano da sua aplicação, faz com que esse programa “Prova Brasil” seja visto, por muitos professores, com desconfiança, como mais uma ação que não traz nenhum retorno à escola.

Nas escolas que receberam os resultados, estes foram trabalhados de diferentes formas: em reuniões gerais envolvendo toda a comunidade escolar; com os professores das disciplinas objeto de avaliação; em reuniões pedagógicas. Nas escolas onde o desempenho foi considerado bom, foram exibidas faixas divulgando os resultados. Nas escolas que tiveram turmas cujos desempenhos ficaram abaixo da média, houve a possibilidade de reflexão e planejamento visando reverter estes dados. Apenas em uma escola houve a iniciativa de se obter, através da internet, o acesso aos resultados. No entanto, como já referido, este acesso não atinge a totalidade das escolas participantes.

A Opinião dos Gestores a Respeito da Prova Brasil

Parece ser unanimidade entre os gestores que este sistema de avaliação poderá qualificar o ensino. Como pontos fortes destacam os seguintes aspectos: é uma oportunidade de realização da avaliação do trabalho pedagógico; possibilita à escola uma reflexão do desempenho para “além” da Prova Brasil, entendendo os motivos de tais índices, como o professor conduz o processo pedagógico e o reflexo deste trabalho na aprendizagem dos alunos; esta avaliação possibilita a visualização de como está a educação no país possibilitando a comparação dos índices entre regiões, entre escolas; para os alunos é uma oportunidade de incentivá-los naqueles conteúdos que são base para as demais aprendizagens, como por exemplo, a leitura. É também um momento em que o aluno pode vivenciar outros tipos de avaliação.

Os pontos fracos destacados foram inúmeros: A forma como o resultado é apresentado é referida pela totalidade do grupo; alegam que os mesmos deveriam expressar também o desempenho individual do aluno, sendo esta divulgação direcionada somente a escola de origem deste e não apenas o da série ou da escola. O aluno tem o direito de ter acesso ao seu desempenho individual.

Em relação à divulgação dos resultados da edição 2000 e 2007, observamos que os mesmos chegam às escolas após o término do ano letivo. Neste contexto, devemos levar em conta que os alunos, ou já estarão em outra série, ou quem sabe em outras escolas.

A relevância dos resultados da Prova Brasil para os gestores nas escolas que participam desta avaliação está expressa na Portaria n. 47, publicada em 2007, no art. 2º, no inciso III “fornecer informações sobre as unidades escolares, que sejam úteis aos gestores da rede a qual pertençam às escolas avaliadas.” Com a divulgação dos resultados somente no ano seguinte, os gestores perdem um tempo significativo de discussão e de planejamento das práticas educativas que possibilitariam um alinhamento nas propostas escolares para o próximo ano letivo.

Outro aspecto diz respeito às realidades regionais que não foram levadas em consideração na elaboração da prova. Muitas questões não condiziam com a realidade das escolas uma vez que o ano letivo estava em curso e muitos conteúdos ainda não haviam sido vencidos. Assim, muitos alunos e professores sentiram-se intimidados pelo fato de haver um estranhamento em relação aos conteúdos e também pelo fato dos professores das turmas avaliadas não ficarem nas salas com seus alunos.

Em muitas escolas a prova foi aplicada em apenas em um dos turnos não havendo esclarecimentos a respeito das implicações deste fato para o desempenho da escola, ficando uma interrogação.

Uma crítica que merece atenção diz respeito ao fato de que este sistema de avaliação não apresenta melhorias de desempenho e não tem nenhum impacto na aprendizagem dos alunos. Desta forma fica a pergunta: quais os benefícios reais desta avaliação?

Alunos com Necessidades Educacionais Especiais

Não há informações a respeito de alunos com necessidades educacionais especiais participantes na Prova Brasil em 2005 e em 2007. A partir desta observação inferimos que: ou não havia alunos com necessidades educacionais especiais incluídos nas séries correspondentes à aplicação da prova; ou estes alunos não realizaram a prova. Constatamos também que em muitas destas escolas há alunos com necessidades educacionais especiais incluídos. As necessidades educacionais especiais mais apontadas foram: baixa visão, transtornos globais do desenvolvimento e “grandes dificuldades de aprendizagem” (sic).

Em 2004 a Declaração de Salamanca completou uma década. Considerando o material de divulgação produzido pelo Ministério da Educação, veiculado na televisão, rádio, site e cartazes, a respeito da avaliação aplicada em 2007, não houve referência alguma quanto à participação de alunos com necessidades educacionais especiais. Estes alunos estão incluídos nas escolas, portanto uma questão não está clara: de que forma os mesmos participam da Prova Brasil? Sabe-se que a educação desse alunado demanda materiais específicos, cuja preparação é complexa, implica planejamento, recursos financeiros para aquisição de equipamentos (ledor, computador, teclado Braille, entre outros) e pessoal especializado como, por exemplo, o intérprete de LIBRAS. Muitas escolas participantes deste estudo não dispunham desses recursos. Mesmo a inclusão sendo uma política da educação, a realidade mostra o quanto ainda há que se investir, não só em recursos materiais, como também em formação continuada de professores.

Os dados fornecidos a partir destas avaliações poderiam subsidiar estudos a respeito do impacto da política de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino brasileiro. Eis aqui uma oportunidade de ratificar o cumprimento de um dos objetivos gerais do SAEB e Prova Brasil, assim enunciado pelo MEC (2007):

“Proporcionar aos agentes educacionais e à sociedade uma visão clara dos resultados dos processos de ensino e aprendizagem e das condições em que são desenvolvidos”.

Em 2007 foi divulgado pelo site do INEP, no link da Prova Brasil que “*Crianças portadoras de necessidades especiais também poderão participar*”. Considerando que se estes alunos freqüentaram as 4^a e 8^a séries do ensino regular, e em turmas de 20 alunos, provavelmente realizaram esta avaliação nacional. E, também deveriam preencher o questionário do aluno. Entretanto não observamos referência sobre a metodologia adotada para com estes alunos e se houve participação dos mesmos na Prova Brasil, ou no SAEB.

Considerações finais

Retomando os objetivos deste estudo verificamos que a aplicação da Prova Brasil/2005, bem como seus resultados, não reverteu em nenhuma ação de qualificação do ensino e, conseqüentemente, da aprendizagem dos alunos.

A escola, desconhecendo o desempenho individual, fica limitada em planejar ações que promovam a aprendizagem dos alunos. Esta limitação poderia ser minimizada se exemplares dos cadernos de provas fossem distribuídos para cada escola. Dessa forma as reflexões acerca do desempenho esperado nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, nas séries avaliadas poderiam gerar ações pedagógicas concorrentes à melhora no processo de ensino e aprendizagem dos alunos. Destaca-se que as turmas com número inferior a 20 alunos não realizaram a Prova Brasil. As escolas e seus professores, de posse dos cadernos de provas, poderiam ampliar esta avaliação para estes alunos, excluídos, porém incluídos em uma ação pedagógica da escola.

Cabe destacar que este é apenas um dos fatores que afetam a mobilização dos gestores educacionais que desconhecendo etapas do processo avaliativo não têm condições favoráveis de prover melhorias da qualidade do ensino.

As experiências acumuladas, advindas das duas edições da Prova Brasil, poderão subsidiar o campo da política educacional considerando, por exemplo:

Quais as aplicações e implicações do desempenho escolar na Prova Brasil, na aprendizagem dos alunos?

Quais serão as ações desenvolvidas nas escolas que não alcançam a média do seu município, estado, nacional?

Com que dados/informações a escola poderá planejar suas ações, se desconhece os fatores que interferem no desempenho de seus alunos?

A escola está suficientemente provida de informações que possibilitem este planejamento, mediante os resultados divulgados da Prova Brasil a fim de obter a qualidade do ensino?

Os alunos com necessidades educacionais especiais participarão das próximas edições da Prova Brasil? De que forma será realizada?

Observa-se que em 2007 houve uma campanha publicitária exibida nos meios de comunicação de incentivo à Prova Brasil. Entretanto, tanto professores como alunos ainda continuam desconhecendo este sistema e questionam-se a respeito do impacto do mesmo na melhoria dos índices educacionais nacionais.

A divulgação dos resultados destas avaliações à sociedade fica comprometida pela complexidade com que os dados são apresentados. Os procedimentos estatísticos, utilizados nesta metodologia, dificultam as discussões e as reflexões mais profundas a respeito do impacto na qualidade do ensino das redes da Educação Básica. Os resultados são apresentados às escolas através da média, o que, por si só, pouco esclarece.

REFERÊNCIAS

BONAMINO, Alicia Catalano de. **Tempos de avaliação educacional: o SAEB, seus agentes, referências e tendências**. Rio de Janeiro: Quartet, 2002. 192 p.

BRASIL. **Lei n.9394, de 24 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. **Portaria n.931, de 21 de março de 2000**. Institui o Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB. Brasília: DF, 2005.

BRASIL. MEC/INEP. **Portaria n. 89, de 25 de maio de 2005**. Institui a sistemática para a realização da Avaliação Nacional da Educação Básica – ANEB no ano de 2005. Brasília: DF. 2005.

BRASIL. MEC/INEP. **Portaria n. 69, de 4 de maio de 2005**. Estabelece a sistemática da Avaliação Nacional do Rendimento Escolar – ANRESC no ano de 2005. Brasília: DF. 2005.

BRASIL. MEC/INEP. **Portaria n. 47, de 3 de maio de 2007**. Estabelece a sistemática para realização da Prova Brasil e do SAEB em 2007. Brasília: DF. 2007.

BRASIL. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. Brasília: INEP. 2007.

BRASIL. **Qualidade da educação: uma nova leitura do desempenho dos estudantes da 8ª série do ensino fundamental.** Brasília: INEP, 2003.

BRASIL. **Qualidade da educação: uma nova leitura do desempenho dos estudantes da 4ª série do ensino fundamental.** Brasília: INEP, 2003.

BRASIL. **Qualidade da educação: uma nova leitura do desempenho dos estudantes da 3ª série do ensino médio.** Brasília: INEP, 2004.

BRASIL. **Dicionário de indicadores educacionais.** Brasília: MEC/INEP, 2004.

BRASIL. **SAEB 97: estudo comparativo dos resultados do SAEB 1995/1997.** Brasília: MEC/INEP. S.d.

BRASIL. **O plano de desenvolvimento da educação: razões, princípios e programas.** Disponível no site <http://portal.mec.gov.br/index.php>. Acessado em 08 de julho de 2008.

INEP. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira.** Portal MEC. Disponível em: < <http://www.mec.gov.br> >.

_____. **Resultado da Prova Brasil 2005.** Brasília: 2007.

_____. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira.** Prova Brasil. Brasília: 2007. Disponível em: <<http://provabrasil.inep.gov.br>>.

LUCE, Maria Beatriz; MEDEIROS, Isabel L. P. de (Org). **Gestão escolar democrática: concepções e vivências.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

NAUJORKS, Maria Inês e SILVEIRA, Elizabeth Gomes da. Prova Brasil: desafios e possibilidades para a qualificação do ensino. XXIII Simpósio Brasileiro, V Congresso Luso-Brasileiro e I Colóquio Ibero-Americano: Política e Administração da Educacionais. Anais do Evento. 2007.pág 01-09.

RIBEIRO, Vera Masagão; RIBEIRO, Vanda Mendes; GUSMÃO, Joana Buarque de. Indicadores de qualidade para mobilização da escola. **Cadernos de Pesquisa**, v.35, n.124, p.227-251, jan/abr. 2005.

PINTO, Fátima C.F. et al. Pesquisa Nacional Qualidade na Educação: a escola pública na opinião dos pais. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação.** vol 14,n. 53. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362006000400008&script=sci_arttext>. Acesso em: 26 jul. 2007.